



PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA LUZIA/MG
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

TERMO DE REFERÊNCIA Nº. 038/2024

Origem: Secretaria Municipal de Saúde de Santa Luzia

Destinação: Setor de Manutenção de Equipamentos

1- CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

1.1 Constitui objeto deste Termo de Referência a contratação de empresa especializada para realizar manutenção corretiva e preventiva nos aparelhos de autoclave das Unidades de Saúde de Município, nos termos das especificações constantes da tabela abaixo, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento.

ITEM	MATERIAL	QTD ANUAL
1. Hospital Madalena	Serviço de manutenção PREVENTIVA em um equipamento autoclave, marca ORTOSSINTESES, MODELO AC127, NUMERO DE SERIE 203102. A manutenção preventiva deverá ser realizada trimestralmente: Efetuar a limpeza da câmara interna com produto; A.C.T.S; a ser aplicado com a máquina fria; Efetuar a limpeza interna do painel de controle; Remover a guarnição de vedação da porta, inspecionar sua integridade e proceder a sua limpeza, aplicação de graxa de silicone conforme especificação e recolocação, da mesma, de acordo com a técnica de aplicação. A guarnição deverá ser trocada sempre que for identificadas deformações ou qualquer tipo de deterioração que possa comprometer o bom funcionamento do equipamento; Efetuar a limpeza dos purgadores de câmara externa e verificar o funcionamento do mesmo; Efetuar a limpeza do registro agulha, de controle de saída do condensado da câmara interna; Verificar o reparo e funcionamento das válvulas de retenção. Os reparos deverão ser trocados sempre que for constatado seu desgaste excessivo; Efetuar a desmontagem e limpeza do filtro “Y” da saída da câmara externa e saída da câmara interna; Verificar elementos filtrantes da água, ar, efetuando a substituição conforme necessário; Inspeccionar o sistema de osmose reversa e proceder a troca dos elementos filtrantes de 5u, carvão ativado e 1u, no mínimo a cada 3 meses ou sempre que for necessário. As membranas de osmose deverão ser indicadas para troca sempre que os parâmetros de condutividade forem superiores a 25 mg/l; Verificar a abertura e fechamento das portas, bem como o	4



PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA LUZIA/MG
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

funcionamento do sistema de segurança ante esmagamento;
Limpar e reapertar todos contatos elétricos;
Avaliar o funcionamento da bomba de vácuo, através do manovacuômetro e avaliação sonora, do nível de ruído em seu funcionamento;
Avaliar o funcionamento da bomba de água, através de presença de vazamento, avaliação sonora do nível de ruído;
Efetuar a medição da corrente das resistências;
A abertura e limpeza interna do gerador deverá ser realizada no mínimo a cada 3 meses e a vedações das resistências e bóia de nível deverão ser trocadas;
Verificar o funcionamento dos pressostatos se estão adequados ou não;
Avaliar o funcionamento das máquinas para verificar se existe algum vazamento em tubulações ou conexões de água, ar, vapor, etc.;
Verificar se os instrumentos de controle de ciclo estão funcionando corretamente: CLP, manovacuômetro, manômetro da câmara externa, manômetro do gerador de vapor e manômetro de ar comprimido;
Efetuar a avaliação do funcionamento da válvula de segurança, acionando 02(duas) vezes a haste de escape de vapor, dando vazão da pressão, evitando assim que qualquer impureza se aloje no assento da válvula;
Verificar o funcionamento de válvulas, se estas estão sendo acionadas nos respectivos tempos programados no comando microprocessado;
A cada seis meses, ou após a troca de componentes críticos, tais como sensor de temperatura e transdutor de pressão, proceder a verificação dos parâmetros de esterilização utilizando um registrador gráfico de temperatura e pressão em pelo menos um ponto de monitoração. Um relatório específico deverá ser apresentado para comprovar que o equipamento se mantém fiel as condições originais de qualificação térmica;
Preencher o livro do equipamento que se encontrará na Central de Material Esterilizado - C.M.E.;
A cada visita, a contratada deverá apresentar uma Ordem de Serviços específica sobre o serviço executado, como também as possíveis advertências sobre o estado geral do equipamento. Relatando as necessidades de troca de peça, reparos ou componentes, com desgastes excessivos;
As peças com trocas programadas de responsabilidade da contratada são as seguintes:

Material	Quantidade Anual	Período de troca
Membrana da Osmose	02	A cada 6 meses
Kit filtro Osmose	04	A cada 3 meses
Diafragma	04	A cada 3 meses
Guarnição da porta	02	A cada 6 meses

A troca de peças que se fizerem necessárias ou mesmo que forem substituídas durante as visitas técnicas serão de responsabilidade da contratada.



PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA LUZIA/MG
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

	A substituição dos seguintes itens (Câmara interna, Caldeira, Microprocessador, Impressora, Porta da Autoclave), não cobertas pelo contrato, serão cobradas à parte mediante orçamento prévio.	
2. Hospital Municipal	Troca de refil de entrada de água mensal autoclave, marca ORTOSSINTESES, modelo AC127, numero de serie 203102.	12
3. Hospital Municipal	Manutenção CORRETIVA um equipamento autoclave, marca ORTOSSINTESES, modelo AC127, NUMERO DE SERIE 203102. Sem fornecimento de peças	10
4. Hospital Municipal	Serviço de manutenção PREVENTIVA em equipamento de autoclave BAUMER, MODELO: HI VAC II – 140L. Quantidade: 01 unidade Nº DE SÉRIE: 2246170420 A manutenção preventiva deverá ser realizada trimestralmente: Efetuar a limpeza da câmara interna com produto; A.C.T.S; a ser aplicado com a máquina fria; Efetuar a limpeza interna do painel de controle; Remover a guarnição de vedação da porta, inspecionar sua integridade e proceder a sua limpeza, aplicação de graxa de silicone conforme especificação e recolocação, da mesma, de acordo com a técnica de aplicação. A guarnição deverá ser trocada sempre que for identificadas deformações ou qualquer tipo de deterioração que possa comprometer o bom funcionamento do equipamento; Efetuar a limpeza dos purgadores de câmara externa e verificar o funcionamento do mesmo; Efetuar a limpeza do registro agulha, de controle de saída do condensado da câmara interna; Verificar o reparo e funcionamento das válvulas de retenção. Os reparos deverão ser trocados sempre que for constatado seu desgaste excessivo; Efetuar a desmontagem e limpeza do filtro “Y” da saída da câmara externa e saída da câmara interna; Verificar elementos filtrantes da água, ar, efetuando a substituição conforme necessário; Inspecionar o sistema de osmose reversa e proceder a troca dos elementos filtrantes de 5u, carvão ativado e 1u, no mínimo a cada 3 meses ou sempre que for necessário. As membranas de osmose deverão ser indicadas para troca sempre que os parâmetros de condutividade forem superiores a 25 mg/l; Verificar a abertura e fechamento das portas, bem como o funcionamento do sistema de segurança ante esmagamento; Limpar e reapertar todos contatos elétricos; Avaliar o funcionamento da bomba de vácuo, através do manovacuômetro e avaliação sonora, do nível de ruído em seu funcionamento; Avaliar o funcionamento da bomba de água, através de presença de vazamento, avaliação sonora do nível de ruído; Efetuar a medição da corrente das resistências; A abertura e limpeza interna do gerador deverá ser realizada no	4



PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA LUZIA/MG
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

	<p>mínimo a cada 3 meses e a vedações das resistências e bóia de nível deverão ser trocadas;</p> <p>Verificar o funcionamento dos pressostatos se estão adequados ou não;</p> <p>Avaliar o funcionamento das máquinas para verificar se existe algum vazamento em tubulações ou conexões de água, ar, vapor, etc.;</p> <p>Verificar se os instrumentos de controle de ciclo estão funcionando corretamente: CLP, manovacuômetro, manômetro da câmara externa, manômetro do gerador de vapor e manômetro de ar comprimido;</p> <p>Efetuar a avaliação do funcionamento da válvula de segurança, acionando 02(duas) vezes a haste de escape de vapor, dando vazão da pressão, evitando assim que qualquer impureza se aloje no assento da válvula;</p> <p>Verificar o funcionamento de válvulas, se estas estão sendo acionadas nos respectivos tempos programados no comando microprocessado;</p> <p>A cada seis meses, ou após a troca de componentes críticos, tais como sensor de temperatura e transdutor de pressão, proceder a verificação dos parâmetros de esterilização utilizando um registrador gráfico de temperatura e pressão em pelo menos um ponto de monitoração. Um relatório específico deverá ser apresentado para comprovar que o equipamento se mantém fiel as condições originais de qualificação térmica;</p> <p>Preencher o livro do equipamento que se encontrará na Central de Material Esterilizado - C.M.E.;</p> <p>A cada visita, a contratada deverá apresentar uma Ordem de Serviços específica sobre o serviço executado, como também as possíveis advertências sobre o estado geral do equipamento. Relatando as necessidades de troca de peça, reparos ou componentes, com desgastes excessivos;</p> <p>As peças com trocas programadas de responsabilidade da contratada são as seguintes:</p> <table><tr><th>Material</th><th>Quantidade Anual</th><th>Período de troca</th></tr><tr><td>Membrana da Osmose</td><td>02</td><td>A cada 6 meses</td></tr><tr><td>Kit filtro Osmose</td><td>04</td><td>A cada 3 meses</td></tr><tr><td>Diafragma</td><td>04</td><td>A cada 3 meses</td></tr><tr><td>Guarnição da porta</td><td>02</td><td>A cada 6 meses</td></tr></table> <p>A troca de peças que se fizerem necessárias ou mesmo que forem substituídas durante as visitas técnicas serão de responsabilidade da contratada.</p> <p>A substituição dos seguintes itens (Câmara interna, Caldeira, Microprocessador, Impressora, Porta da Autoclave), não cobertas pelo contrato, serão cobradas à parte mediante orçamento prévio.</p>	Material	Quantidade Anual	Período de troca	Membrana da Osmose	02	A cada 6 meses	Kit filtro Osmose	04	A cada 3 meses	Diafragma	04	A cada 3 meses	Guarnição da porta	02	A cada 6 meses	
Material	Quantidade Anual	Período de troca															
Membrana da Osmose	02	A cada 6 meses															
Kit filtro Osmose	04	A cada 3 meses															
Diafragma	04	A cada 3 meses															
Guarnição da porta	02	A cada 6 meses															
5. Hospital Municipal	Manutenção CORRETIVA um equipamento autoclave BAUMER, MODELO: HI VAC II – 140L. Quantidade: 01 unidade Nº DE SÉRIE: 2246170420 Sem fornecimento de peças	10															
6. Hospital	Troca de refil de entrada de água mensal autoclave BAUMER, MODELO: HI VAC II – 140L. QUANTIDADE: 01 UNIDADE	12															



PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA LUZIA/MG
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

Municipal	Nº DE SÉRIE: 2246170420	
7. Atenção Primária	Serviço de manutenção PREVENTIVA em equipamentos de autoclave DIGITALE, MODELO: 60 litros quantidade: Nº DE SÉRIE: 31441-60, 31442-60, 31443-60, 31444-60, 31445-60, 31446-60, 31447-60, 31448-60, 31449-60, 31450-60 com fornecimento de peças. Deverá ser realizada trimestralmente: 1. As peças com trocas programadas de responsabilidade da contratada são as seguintes: a) Troca da borracha de vedação da porta b) Limpeza da câmara interna c) Limpeza e troca das mangueiras desgastadas d) Limpeza das válvula e purgadores e) Limpeza dos filtros Lubrificação da porta	40
8. Atenção Primária	Serviço de manutenção CORRETIVA em equipamento de autoclave DIGITALE, MODELO: 60 LITROS QUANTIDADE: Nº DE SÉRIE: 31441-60, 31442-60, 31443-60, 31444-60, 31445-60, 31446-60, 31447-60, 31448-60, 31449-60, 31450-60 Sem fornecimento de peças	50
9. 70% Hospital 30% At. Primária	Fornecimento de Insumos, Materiais e Peças para manutenções corretivas em aparelhos de autoclave. Peças originais e genuínas. Valor total anual R\$60.000,00	1

1.2 O objeto desta contratação não se enquadra como sendo de bem de luxo, conforme disposto no Decreto nº 10.818, de 27 de setembro de 2021.

1.3 Os bens objeto desta contratação são caracterizados como comuns, conforme justificativa constante do Estudo Técnico Preliminar.

1.4 A duração inicial da contratação que decorre deste documento terá o prazo de 12 meses contados da publicação do Contrato a ser firmado a partir da licitação no DOM - Diário Oficial do Município conforme ditames do artigo 107 da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021.

1.5 O contrato/ata de registro de preço oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à vigência da contratação.



**PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA LUZIA/MG
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE**

2 - FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

A Fundamentação da Contratação e de seus quantitativos encontra-se pormenorizada em Tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

2.1 DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO E ESPECIFICAÇÃO DO PRODUTO

3.1 Não se aplica por se tratar de prestação de serviço

4- REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

4.1 Da Exigência de Catálogo ou Amostra

Não se aplica por se tratar de prestação de serviço

4.2 SUBCONTRATAÇÃO

4.2.1 Não será permitida a subcontratação do objeto licitatório.

4.3 GARANTIA DA CONTRATAÇÃO

4.3.1 Não haverá exigência de garantia da contratação nos termos dos artigos 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, pelas razões constantes do Estudo Técnico Preliminar.

5- MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

5.1 Condições da Entrega

5.1.1 Os serviços darão início em até 15 (quinze) dias corridos após emissão da ordem de fornecimento.

5.1.2 Caso não seja possível o agendamento na data assinalada, a empresa deverá comunicar as razões respectivas com pelo menos 5 (cinco) dias de antecedência para que qualquer pleito de prorrogação de prazo seja analisado, ressalvadas situações de caso fortuito e força maior.



PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA LUZIA/MG
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

5.2 Garantia, Manutenção e Assistência Técnica

5.2. A garantia dos produtos adquiridos por intermédio do Pregão decorrente deste Termo de Referência deverá ser de, no mínimo, 03 (três) meses, contra defeitos de fabricação, de acordo com CDC (Código de Defesa do Consumidor), contados da data de recebimento definitivo dos produtos pela Secretaria Municipal de Saúde de Santa Luzia.

6. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

6.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

6.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

6.3. As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

6.4. O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

6.5. Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

6.6. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, caput).

6.7. O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, VI);



PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA LUZIA/MG
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

- 6.7.1.** O fiscal técnico do contrato anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, §1º, e Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, II);
- 6.7.2.** Identificada qualquer inexactidão ou irregularidade, o fiscal técnico do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, III);
- 6.7.3.** O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, IV).
- 6.7.4.** No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, V).
- 6.7.5.** O fiscal técnico do contrato, comunicar ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à renovação tempestiva ou à prorrogação contratual (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, VII).
- 6.8.** O fiscal administrativo do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário (Art. 23, I e II, do Decreto nº 11.246, de 2022).
- 6.8.1.** Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência; (Decreto Municipal nº 11.246, de 2022, art. 23, IV).
- 6.9.** O gestor do contrato coordenará a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico



PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA LUZIA/MG
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração. (Decreto Municipal nº 11.246, de 2022, art. 21, IV).

6.9.1. O gestor do contrato acompanhará a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotar os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais. (Decreto Municipal nº 11.246, de 2022, art. 21, III).

6.9.2. O gestor do contrato acompanhará os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência. (Decreto Municipal nº 11.246, de 2022, art. 21, II).

6.9.3. O gestor do contrato emitirá documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações. (Decreto Municipal nº 11.246, de 2022, art. 21, VIII).

6.9.4. O gestor do contrato tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso. (Decreto Municipal nº 11.246, de 2022, art. 21, X).

6.10. O fiscal administrativo do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à tempestiva



PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA LUZIA/MG
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

renovação ou prorrogação contratual. (Decreto Municipal nº 11.246, de 2022, art. 22, VII).

6.11. O gestor do contrato deverá elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração. (Decreto Municipal nº 11.246, de 2022, art. 21, VI).

7- CRITÉRIOS DE PAGAMENTO

7.1 Recebimento do Objeto

7.1.1 Os bens serão recebidos provisoriamente, de forma sumária, no ato da entrega, juntamente com a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta.

7.1.2. Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, inclusive antes do recebimento provisório, quando em desacordo com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 15 (quinze) dias, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

7.1.3. O recebimento definitivo ocorrerá no prazo de 15(quinze) dias corridos, a contar do recebimento da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente pela Administração, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo detalhado.

7.1.4. Para as contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, o prazo máximo para o recebimento definitivo será de até 15 (quinze) dias corridos

7.1.5. O prazo para recebimento definitivo poderá ser excepcionalmente prorrogado, de forma justificada, por igual período, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais.



PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA LUZIA/MG
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

7.1.6. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertinente à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

7.1.7. O prazo para a solução, pelo contratado, de inconsistências na execução do objeto ou de saneamento da nota fiscal ou de instrumento de cobrança equivalente, verificadas pela Administração durante a análise prévia à liquidação de despesa, não será computado para os fins do recebimento definitivo.

7.1.8. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

7.2 Liquidação

7.2.1 Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de 10 (dez) dias consecutivos para fins de liquidação, na forma desta seção, nos termos do artigo 9º, do Decreto Municipal 3.526, de 11 de Fevereiro de 2020.

7.2.2 Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

- a) o prazo de validade;
- b) a data da emissão;
- c) os dados do contrato e do órgão contratante;
- d) o período respectivo de execução do contrato;
- e) o valor a pagar; e
- f) eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

7.2.3 Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-



PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA LUZIA/MG
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao contratante.

7.2.4. A nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente deverá ser obrigatoriamente acompanhado da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021.

7.2.5. A Administração deverá realizar consulta ao SICAF para:

- a) verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital;
- b) identificar possível razão que impeça a participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, que implique proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas.

7.2.6. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do contratante.

7.2.7. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do contratado, bem como quanto à existência de pagamento a se efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

7.2.8. Persistindo a irregularidade, o contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao contratado a ampla defesa.

7.2.9. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o contratado não regularize sua situação junto ao SICAF.

7.3 Prazo de Pagamento



PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA LUZIA/MG
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

7.3.1. O pagamento será efetuado no prazo de até 30 (trinta) dias consecutivos contados da finalização da liquidação da despesa, conforme seção anterior.

7.3.2. No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do índice IPCA-e de correção monetária.

7.3.4. O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.

7.3.5. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

7.3.6. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

7.3.7. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

7.3.8. O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

7.4 Índice de Reajuste Contratual

7.4.1. Após o interregno de um ano, e independentemente de pedido do contratado, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo contratante, do índice IPCA (ÍNDICE DE PREÇOS AO CONSUMIDOR AMPLO), exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

7.4.2. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.



PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA LUZIA/MG
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

7.4.3. No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice (s) de reajustamento, o contratante pagará ao contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).

7.4.4. Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será(ão), obrigatoriamente, o(s) definitivo(s).

7.4.5. Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.

7.4.6. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

7.4.7 O reajuste será realizado por apostilamento.

8. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

8.1. Forma de Seleção e Critério de Julgamento da Proposta

8.1.1 O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade PREGÃO, sob a forma ELETRÔNICA, com adoção do critério de julgamento pelo MENOR PREÇO POR GRUPO.

8.2 Exigências de habilitação

8.2.1 Para fins de habilitação, deverá o licitante comprovar os seguintes requisitos:

8.3. Habilitação jurídica

8.3.1. Pessoa física: cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;

8.3.2. Empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;



PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA LUZIA/MG
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

8.3.3 Microempreendedor Individual - MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;

8.3.4. Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

8.3.5. Sociedade empresária estrangeira: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020.

8.3.6. Sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

8.3.7. Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz.

8.3.8. Sociedade cooperativa: ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembléia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971.

9. Habilitação Fiscal, Social e Trabalhista

9.1. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;



PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA LUZIA/MG
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

9.2. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

9.3. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

9.4. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

9.5. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Estadual/Distrital e Municipal relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

9.6. Prova de regularidade com a Fazenda Estadual/Distrital e Municipal do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

9.7. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos Estadual/Distrital ou Municipal relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

9.8. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

10 Qualificação Econômico-Financeira

10.1. Certidão negativa de insolvência civil expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do licitante, caso se trate de pessoa física, desde que admitida a sua participação



PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA LUZIA/MG
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

na licitação (art. 5º, inciso II, alínea “c”, da Instrução Normativa Seges/ME nº 116, de 2021), ou de sociedade simples;

10.2. Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor – (Lei nº 14.133, de 2021, art. 69, caput, inciso II);

11. Qualificação Técnica

11.1 Qualificação Técnico-Operacional

11.1. Comprovação de aptidão para o fornecimento de bens similares de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior com o objeto desta contratação, ou com o item pertinente, por meio da apresentação de certidões ou atestados, por pessoas jurídicas de direito público ou privado, ou regularmente emitidos(s) pelo conselho profissional competente, quando for o caso.

11.1.2. Para fins da comprovação de qualificação técnica a licitante deverá apresentar, ainda:

- Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial do fornecedor.
- O fornecedor disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da contratante e local em que foi executado o objeto contratado, dentre outros documentos.
- apresentação Alvará de Funcionamento de Empresa
 - Registro no CREA ou CFT: A empresa deve estar registrada no Conselho Regional de Engenharia e Agronomia (CREA) ou no Conselho Federal dos Técnicos Industriais (CFT), dependendo da qualificação dos profissionais responsáveis.
 - Licenciamento Sanitário: Se a empresa realiza serviços em equipamentos hospitalares, pode ser necessário um alvará sanitário da Vigilância Sanitária local.



PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA LUZIA/MG
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

2. Qualificação da Equipe Técnica

- **Engenheiro ou Técnico Responsável:** Profissional com formação em Engenharia Mecânica, Engenharia Biomédica, Engenharia Clínica ou Técnico em Mecânica/Eletrônica registrado no CREA/CFT.
- **Treinamento Específico:** A equipe deve ter capacitação em manutenção de autoclaves, incluindo conhecimento em sistemas de pressão, aquecimento, válvulas, sensores e segurança operacional.
- **Normas de Segurança e Boas Práticas:** Os técnicos devem estar treinados nas normas de segurança,
- **Plano de Manutenção Preventiva (PMOC):** Seguir um plano de manutenção conforme recomendações do fabricante.
- **Emissão de Relatórios Técnicos:** Documentar todas as intervenções realizadas, com testes de funcionamento e medições de segurança.
- **Calibração e Testes de Qualidade:** Utilizar equipamentos de medição certificados para validar o funcionamento adequado da autoclave.
- A manutenção dos equipamentos Autoclaves devem seguir os padrões de segurança da Norma existentes a empresa deve indicar o responsável técnico e apresentar a ART(Anotação de responsabilidade técnica) referente aos equipamentos do contrato.

11.1.4. O fornecedor disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da contratante e local em que foi executado o objeto contratado, dentre outros documentos.

11.1.5 Caso admitida a participação de cooperativas, será exigida a seguinte documentação complementar:

11.1.6 A relação dos cooperados que atendem aos requisitos técnicos exigidos para a contratação e que executarão o contrato, com as respectivas atas de inscrição e a comprovação de que estão domiciliados na localidade da sede da cooperativa, respeitado o disposto nos arts. 4º, inciso XI, 21, inciso I e 42, §2º a



PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA LUZIA/MG
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

6º da Lei n. 5.764, de 1971; 12.3.2 A declaração de regularidade de situação do contribuinte individual – DRSCI, para cada um dos cooperados indicados;

11.1.7 A comprovação do capital social proporcional ao número de cooperados necessários à prestação do serviço;

11.1.8 O registro previsto na Lei n. 5.764, de 1971, art. 107;

11.1.9 A comprovação de integração das respectivas quotas-partes por parte dos cooperados que executarão o contrato;

11.1.10 Os seguintes documentos para a comprovação da regularidade jurídica da cooperativa:

- a) ata de fundação;
- b) estatuto social com a ata da assembléia que o aprovou;
- c) regimento dos fundos instituídos pelos cooperados, com a ata da assembléia; d) editais de convocação das três últimas assembléias gerais extraordinárias;
- e) três registros de presença dos cooperados que executarão o contrato em assembléias gerais ou nas reuniões seccionais; e
- f) ata da sessão que os cooperados autorizaram a cooperativa a contratar o objeto da licitação;

11.1.11 A última auditoria contábil-financeira da cooperativa, conforme dispõe o art. 112 da Lei n. 5.764, de 1971, ou uma declaração, sob as penas da lei, de que tal auditoria não foi exigida pelo órgão fiscalizador.

12 ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

12.1 O custo estimado da contratação possui caráter sigiloso e será tornado público apenas e imediatamente após o julgamento das propostas.

13. Adequação Orçamentária

13.1 As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral do Município.

13.2 A contratação será atendida pela seguinte dotação:



**PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA LUZIA/MG
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE**

MANUT. DO HOSPITAL MUNICIPAL (ITEM 01 A 06)

02.033.005.10.302.2051.2166

3.3.90.30.00.00 Material de Consumo **FONTE: 1500 FICHA: 1351**

3.3.90.39.00.00 Outros Serv. Terceiros – Pessoa Jurídica **FONTE: 1500 FICHA: 1358**

MANUT. AMPL. E FORT. ATENÇÃO PRIM. SUS (ITEM 07 E 08)

02.033.003. 10.301.2049.2162

3.3.90.30.00.00 Material de Consumo **FONTE: 1621 FICHA: 1097**

3.3.90.39.00.00 Outros Serv. Terceiros – Pessoa Jurídica **FONTE: 1621 FICHA: 1107**

13.3 A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

Santa Luzia, 28 de março de 2025.

Rodrigo Inácio Alves Gazeto
Secretário Municipal de Saúde de Santa Luzia-MG